



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

THAMIRES MARTINS BARBOSA

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO RECURSO NO PLANEJAMENTO PARA  
A APOSENTADORIA**

Rio de Janeiro

2019

**THAMIRES MARTINS BARBOSA**

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO RECURSO NO PLANEJAMENTO PARA  
A APOSENTADORIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis (DCC/FACC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Rio de Janeiro

2019

**THAMIRES MARTINS BARBOSA**

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO RECURSO NO PLANEJAMENTO PARA  
A APOSENTADORIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis (DCC/FACC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Luiz Antonio Ochsendorf Leal (Orientador)

---

Prof. Dr. Synval de Sant'Anna Reis Neto

---

Me. Silvio Freitas da Silva.

À minha mãe, Denise Martins, a minha irmã,  
Yasmine Martins e ao meu gato (*in memoriam*),  
que me acompanharam até aqui e me deram  
forças para continuar.

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu, Thamires Martins Barbosa, venho declarar que:

- 1) Esta monografia é resultado de minha própria capacidade intelectual e organizacional e que todos os créditos de fontes de informação de terceiros estão indicados de acordo com a metodologia científica;
- 2) Nenhuma parte desta pesquisa foi apresentada anteriormente em qualquer outra qualificação;
- 3) Estou ciente das implicações legais do Art. 184 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei 2848 de 7 de dezembro de 1940 - violação dos direitos do Autor) no que diz respeito às condutas ilícitas de fraude ou plágio.

Rio de Janeiro, RJ, 04 de dezembro de 2019.

  
Thamires Martins Barbosa

## RESUMO

A pesquisa apresenta como tema central a educação financeira como recurso no planejamento para a aposentadoria. O estudo insere-se no campo das Ciências Contábeis, especialmente nos estudos sobre Educação Financeira e Finanças Pessoais e objetiva analisar se os jovens estão se preparando para aposentadoria no contexto de reforma da previdência e quais são os recursos escolhidos para esta preparação, através da identificação do perfil socioeconômicos dos jovens, que participaram da pesquisa e que apresentam uma preocupação com a aposentadoria; análise de quais são os recursos destes na preparação para a aposentadoria, sejam eles investimentos, poupança, previdência privada, entre outros, ou se os mesmos acreditam no sustento advindo do governo. O presente trabalho, por sua vez, justifica-se pelo processamento de dados obtidos pela pesquisa trazendo informação de como o jovem, principal sujeito apontado como vítima do atual regime previdenciário, mas também principal afetado pela reforma uma vez que está no início de sua carreira profissional, está buscando um futuro minimamente confortável a partir deste contexto.

Palavras-chave: Investimento; Finanças Pessoais; Aposentadoria; Reforma da Previdência.

## **ABSTRACT**

The research presents as its central theme financial education as a resource in retirement planning. The study is inserted in the field of Accounting, especially in the studies on Financial Education and Personal Finance and aims to analyze if young people are preparing for retirement in the context of pension reform and what are the resources chosen for this preparation, by identifying the socioeconomic profile of the young people who participated in the research and are concerned about retirement; analyzing what their resources considered in preparing for retirement, whether they are investments, savings, private pension, among others, or whether they believe in sustenance from the government. The present work, in turn, is justified by the processing of data obtained by the research, bringing information about how the young, the main subject appointed as a victim of the current social security regime, but also the main one affected by the reform once he is at the beginning of his career. professional, is looking for a minimally comfortable future from this context.

**Key words:** Investment; Personal Finance; Retirement; Social Welfare Reform.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comparativo de Aposentadoria.....	19
Figura 2 - Comparativo de Aposentadoria 2.....	19
Figura 3 - Comparativo de Aposentadoria 3.....	20
Figura 4 - Comparativo de Aposentadoria 4.....	20
Figura 5 - Comparativo de Aposentadoria 5.....	21



## **LISTA GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Média de Idade x Representação Masculina e Feminina .....	26
Gráfico 2 - Preocupação com a aposentadoria .....	28
Gráfico 3 - Planejamento da aposentadoria .....	28
Gráfico 4 - Renda do investidor.....	29
Gráfico 5 - Sustento na aposentadoria .....	29

## SUMÁRIO

1.	Introdução .....	12
1.1.	Contextualização.....	12
1.2.	Objetivos .....	12
1.3.	Justificativa .....	13
1.4.	Organização do Trabalho .....	13
2.	Referencial Teórico .....	14
2.1.	Educação Financeira .....	14
2.2.	Planejamento Financeiro Pessoal.....	14
2.2.1.	Determinar a atual situação financeira .....	15
2.2.2.	Definir os objetivos.....	16
2.2.3.	Criar metas de curto prazo para cada objetivo.....	16
2.2.4.	Avaliar a melhor forma de atingir as metas .....	16
2.2.5.	Colocar em prática o plano de ação .....	16
2.2.6.	Revisar as estratégias .....	17
2.3.	Previdência Social.....	17
2.4.	Previdência Privada .....	21
2.5.	Aplicação de Recursos .....	22
3.	Metodologia.....	24
3.1.	Classificação da Pesquisa .....	24
3.2.	Público-alvo .....	24
3.3.	Coleta de Dados .....	25
4.	Análise do Resultados .....	26
4.1.	Perfil do respondente .....	26
4.2.	Preocupação com a aposentadoria .....	27
4.3.	Principais recursos .....	29
5.	Considerações Finais .....	31
6.	Referências .....	32

## **LISTA DE SIGLAS**

**ANBIMA** – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

**CVM** – Comissão de Valores Mobiliários

**FHC** – Fernando Henrique Cardoso

**INSS** – Instituto Nacional do Seguro Social

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**OCDE** – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

**PEC** – Proposta de Emenda Constitucional

**PREVIC** – Superintendência Nacional de Previdência Complementar

**RGPS** – Regime Geral de Previdência Social

**RPPS** – Regime Próprio de Previdência Social

**RPC** – Previdência Complementar

**SUSEP** – Superintendência de Seguros Privados

## **1. Introdução**

### **1.1. Contextualização**

O mercado internacional apresentava um cenário de crise financeira em 2008, e, internamente, o governo brasileiro adotava políticas de estímulo ao consumo interno objetivando evitar que o país embarcasse na recessão internacional. Adicionalmente, a alta do preço das *commodities*, que o Brasil é um grande exportador, no mercado externo trazia um efeito positivo para a economia do país, amenizando os efeitos da crise.

Entretanto, com o passar dos anos, o preço das *commodities*, que mantinha o país relativamente equilibrado com a crise, entra em queda e as políticas de incentivo ao consumo pelo governo brasileiro ainda permanecem em vigor. Esses fatores juntos, e com a adição de outros, provoca um efeito de desequilíbrio das contas públicas. Uma vez que os empresários sentem o resultado disso na economia, os trabalhadores são diretamente afetados. A partir disso, o Brasil então passa a adentrar numa crise fiscal deixando de arrecadar um montante expressivo ocasionando uma deterioração das contas públicas.

É nesse cenário econômico, e ainda patinando numa crise política que culmina no impeachment da então presidente Dilma Rousseff, que as propostas de reforma da previdência ganham ainda mais fôlego.

No contexto político e econômico o qual o Estado brasileiro se encontra atualmente, na iminência da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 06 (PEC 06/2019) – que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências –, é incontestável a crescente necessidade de meios alternativos pelos quais é possível uma organização e preparação para o futuro a partir de uma fonte externa ao trabalho (como por exemplo: poupança, títulos de dívida pública, previdência privada).

### **1.2. Objetivos**

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar se os jovens estão se preparando para aposentadoria no contexto de reforma da previdência e quais são os recursos escolhidos para esta preparação.

Dada a abrangência do tema, a presente pesquisa possui os seguintes objetivos específicos:

- identificar se os jovens apresentam uma preocupação com a aposentadoria.

- analisar quais são os principais recursos os quais os jovens têm usado na preparação sejam eles investimentos, poupança, previdência privada, entre outros, ou se os mesmos acreditam no sustento advindo do governo.
- identificar o perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa.

### **1.3. Justificativa**

A garantia da sustentabilidade do sistema, garantia dos direitos adquiridos, separação entre assistência e previdência, opção pela capitalização, maior proteção social ao idoso, manutenção de um sistema justo e igualitário são os princípios da reforma apontados no material de divulgação e apresentação da PEC pelo Governo Federal veiculado em fevereiro de 2019. Adicionalmente, então, a esses fatores, o IBGE informa que a expectativa de vida aumentou de 45,5 anos para 76 anos de 1940 para 2017, sendo para a população masculina a expectativa de 72,5 anos e para as mulheres 79,6 anos. O envelhecimento da população é utilizado, também, como um dos principais fatores para a insustentabilidade do atual sistema previdenciário, considerando que cada vez mais os jovens estão sobrecarregados na tarefa do sustento da previdência social.

O presente trabalho, por sua vez, justifica-se pelo processamento de dados colhidos pela pesquisa trazendo informação de como o jovem, principal sujeito apontado como vítima do atual regime previdenciário, mas também principal afetado pela reforma uma vez que está no início de sua carreira profissional, está buscando um futuro minimamente confortável a partir deste contexto.

### **1.4. Organização do Trabalho**

O trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo, denominado introdução, apresenta as características da pesquisa, nele é definido o tema que será abordado, são evidenciados os objetivos gerais e específicos que se pretende alcançar, além da justificativa, os métodos de pesquisa utilizados e a estrutura do trabalho. O capítulo dois trata do referencial teórico, trazendo a os fundamentos para as análises e discussões do trabalho O capítulo três traz a metodologia utilizada na pesquisa para o recolhimento e análise dos dados. O quarto capítulo apresenta a análise dos dados obtidos durante a pesquisa. O quinto e último capítulo apresenta as conclusões do presente trabalho e considerações finais.

## **2. Referencial Teórico**

### **2.1. Educação Financeira**

De acordo com Anderloni e Vandone (2010), a educação financeira desempenha um importante papel de medida preventiva ao superendividamento e no aumento da capacidade do indivíduo de compreender as informações financeiras relativas ao estado seu estado patrimonial e financeiro, ajudando, dessa forma, a aumentar a conscientização sobre os efeitos do seu consumo e comportamento.

Numa abordagem mais específica, a educação financeira, ainda segundo Anderloni e Vandone (2010), aborda três causas de superendividamento. Em primeiro lugar, a educação financeira auxilia na capacidade de compreensão do indivíduo acerca das informações financeiras, aumentando sua conscientização sobre os riscos e ajudando a escolher os produtos financeiros adequados às suas necessidades. Em segundo lugar, a educação financeira enfoca os padrões de comportamento devido à incapacidade, irresponsabilidade ou falta de visão que levam os indivíduos ao endividamento excessivo, evidenciando a diferença entre o que é o desejo, a necessidade e a capacidade de pagar. Em terceiro lugar, a educação financeira se propõe a limitar o impacto negativo que eventos inesperados podem ter nas finanças domésticas. O aumento do conhecimento financeiro de fato ajuda indivíduos para administrar de maneira mais eficaz suas finanças, para entender melhor, por consequências da sua decisão de endividamento e pôr em prática soluções de poupança ou de salvaguardar o seu futuro financeiro.

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005), a educação financeira pode ser definida como “o processo pelo qual os consumidores / investidores financeiros melhorar a compreensão dos produtos, conceitos e riscos financeiros e, através de informações, instruções e / ou conselhos objetivos, desenvolver habilidades e confiança para mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiros, de fazer escolhas informadas, de saber onde pedir ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar seu bem-estar financeiro”.

### **2.2. Planejamento Financeiro Pessoal**

De acordo com Cumbie (2003), “o termo composto de três palavras consiste fundamentalmente em duas partes: planejamento, que aqui pode ser entendido como o ato de formular um programa para um curso definido de ação; e financeiro pessoal, que descreve que tipo de planejamento e para quem este se destina”.

Segundo Macedo (2010), planejamento financeiro “é o processo de gerenciar seu dinheiro com o objetivo de atingir a satisfação pessoal”, ele permite que o indivíduo “controle sua situação financeira para atender necessidades e alcançar objetivos no decorrer da vida”. Para isso, o autor apresenta como itens essenciais para o planejamento a programação de orçamento, racionalização de gastos e otimização de investimentos. Dessa forma, o autor não só nos demonstra a necessidade de cortar gastos, mas também nos traz a necessidade de saber investir nosso dinheiro para retornos maiores e melhores para alcançar a tão sonhada tranquilidade, paz de espírito e satisfação.

Conforme Gitman (2010), “o planejamento financeiro é um aspecto importante das operações das empresas porque fornece um mapa para a orientação, a coordenação e o controle dos passos que a empresa dará para atingir seus objetivos”. A partir da definição do autor, que é aplicável também aos indivíduos e não somente as empresas, entendemos que o planejamento financeiro nos auxilia no alcance dos objetivos traçados, servindo como um guia do que fazer e como fazer com o nosso dinheiro.

No guia de planejamento financeiro divulgado, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (2014) apresenta o planejamento financeiro como “um processo que ajuda as pessoas e as famílias a organizarem a sua vida financeira, por meio da elaboração de estratégias, a fim de atingirem seus objetivos de vida”.

A partir dos conceitos apresentados pelos autores, e com a ajuda de Macedo (2010), podemos definir o que seria um passo a passo para o planejamento financeiro pessoal.

### **2.2.1. Determinar a atual situação financeira**

Primeiro passo a se tomar é analisar a situação financeira atual. O objetivo desse step é identificar todos os ativos e passivos do indivíduo para então determinar os objetivos e os meios pelos quais esses objetivos antes definidos serão alcançados. No primeiro momento, é necessário realizar o balanço patrimonial do indivíduo. Ou seja, encontrar o patrimônio líquido atual para identificar exatamente o montante de dívida ou de riqueza.

O primeiro passo é crucial para os demais. Sem essa etapa, provavelmente, o esforço investido pelo indivíduo para poupar não será eficaz, pois o mesmo não sabe seu ponto de partida, seu momento zero. Entende-se que por um período de um mês, o indivíduo deve identificar e anotar todas as suas despesas e receitas. Assim entende-se o caminho do dinheiro, desde seu recebimento até ser utilizado. Sabendo para onde seu dinheiro vai, possibilita-se identificar onde poupá-lo.

### **2.2.2. Definir os objetivos**

Após o entendimento da situação financeira, definir os objetivos é o segundo passo. Os objetivos precisam atender a cinco regras básicas para que o planejamento funcione: devem ser atingíveis, específicos, mensuráveis, previsíveis e priorizados.

Objetivos são sempre necessários. A partir deles que se cria um norte, um caminho para seguir. Sem que se tenha os objetivos bem definidos e conforme as cinco regras básicas mencionadas, não há linha de chegada. Ou seja, sem eles não há o que alcançar.

### **2.2.3. Criar metas de curto prazo para cada objetivo**

Uma vez com os objetivos determinados, deve-se então organizar-se a partir de metas para alcançar este objetivo. As metas devem ser respeitadas pelo indivíduo e, para isso, devem refletir a possibilidade de cada um.

Conseguir poupar X reais semanalmente; gastar apenas X reais por dia e, caso não seja possível por algum imprevisto, equilibrar a conta no dia seguinte. Estes são exemplos de metas de curto prazo que podem ser estabelecidas pelo indivíduo ao longo do processo de planejamento financeiro.

### **2.2.4. Avaliar a melhor forma de atingir as metas**

Logo em seguida, elabora-se um orçamento familiar a partir das metas de curto prazo e objetivos estipulados. Para esse passo faz-se necessário o acompanhamento diário e contínuo do seu fluxo de pagamentos e recebimentos. Se a meta estipulada foi gastar X reais por dia, como o exemplo citado, deve-se estabelecer o meio para alcançar a meta. Para esse exemplo, algumas atitudes como utilizar transporte público em substituição ao uso de motoristas de aplicativos, planejar a alimentação durante o dia evitando ter gastos adicionais desnecessários ou que poderiam ser evitados, exercitar a decisão entre querer e precisar no momento da compra.

### **2.2.5. Colocar em prática o plano de ação**

Provavelmente a etapa mais importante do processo. O ciclo de entendimento da situação financeira, definição de objetivos e metas, elaboração de procedimentos para alcançar esses objetivos e metas somente apresenta resultado se o projeto for executado.

É justamente nesse momento que grande parte dos indivíduos encontram dificuldade e abandonam o planejamento. Entretanto, para auxílio, é possível identificar em buscas rápidas pela internet *templates* de orçamento e planejamento financeiro. Além de planilhas, alguns



aplicativos foram lançados que tem como objetivo justamente ser um aliado na execução do plano de ação.

#### **2.2.6. Revisar as estratégias**

Conforme o planejamento financeiro pessoal é executado, pode se tornar necessário revisar as estratégias propostas para alcançar o objetivo. Ou até mesmo o objetivo pode precisar passar por um refinamento, seja por imprevistos, seja por decisão pensada.

Ainda que não sejam realizadas mudanças em sua essência, conforme se dá a aproximação objetivo, o planejamento financeiro pessoal necessita de uma visita para análise se ainda é factível ou se é necessário incluir novas estratégias. Por exemplo o planejamento que tem como objetivo a aposentadoria mais tranquila. Para realizar esse tipo de planejamento é necessário levar em conta a expectativa de vida do indivíduo, para que o dinheiro poupado/investido possa ser aproveitado pela pessoa que realizou os esforços. Nesse caso, uma revisita, com base numa frequência coerente, ao planejamento se faz necessária.

### **2.3. Previdência Social**

Conforme legisla a Lei nº 8.212/91 em seu artigo 1º, a seguridade social “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social”. É pública e obrigatória. No seu conceito mais genérico e abrangente, seguridade social representa um conjunto de políticas e ações que presam amparar o indivíduo (e ocasionalmente seus familiares) em situações de invalidez, morte, idade e doença.

Segundo Ferreira, Beltrão e Oliveira (1997, p.12), “o seguro social, também conhecido como previdência social, constituído por um programa de pagamentos em dinheiro e/ou em serviços feitos/prestados ao indivíduo ou a seus dependentes, como compensação parcial/total da perda de capacidade laborativa, geralmente mediante um vínculo contributivo”, sendo ele subdividido para melhor análise e discussão em seguro social básico ou previdência social básica e seguro social complementar ou previdência complementar, sendo o último, como o próprio nome sugere, um complemento aos benefícios e serviços do seguro social básico.

Conforme conceitua o site do Ministério da Economia, Governo Federal, Previdência Social “é o seguro social para a pessoa que contribui”. O texto nos informa que o objetivo da Previdência Social é reconhecer e conceder direitos aos seus segurados, tendo sua renda utilizada para substituir a renda do trabalhador contribuinte, quando o mesmo perde a capacidade de trabalho, por motivos como doença, invalidez, idade avançada, morte e

desemprego involuntário, ou até mesmo em casos como a maternidade e a reclusão, sendo o último externamente discutido e visto com maus olhos pela população a partir de informações rasas e que não retratam a realidade.

O órgão responsável pela distribuição de aposentadorias e benefícios ligados ao Governo Federal é o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que é vinculado ao Ministério da Previdência Social. Mensalmente, os trabalhadores formais têm em sua folha de pagamento um desconto que pode variar percentualmente de 8% a 11% de acordo com sua faixa salarial. Além do desconto feito na folha do empregado, o empregador também deve contribuir com cerca de 20% sobre o valor pago de cada funcionário.

Segundo Miranda (1997), a previdência social é fundamentalmente um fenômeno da sociedade industrial. A Alemanha de Otto Von Bismark foi a precursora no tema e em 1881 implantou o primeiro sistema oficial conhecido. A seguridade social era comunitária e familiar, de forma que os membros mais jovens sustentavam os mais velhos. Com a urbanização das sociedades, aumento da população, fez-se necessária a absorção do sistema pelo Estado. A forma mais tradicional de atuação desse processo foi através do sistema de repartição, ou *pay-as-you-go*. Nele os benefícios dos aposentados são exclusivamente financiados pelas contribuições dos trabalhadores atuais. Dessa forma, os jovens custeiam os benefícios da geração mais velha.

Na época de sua criação havia altas taxas de natalidade e mortalidade. O sistema era financiável, pois haviam jovens suficientes. Quando em 1960 as taxas de natalidade começam a cair, o sistema começa a se demonstrar insustentável. Apesar de ser chamado de sistema solidário porque todos os contribuem para que depois seja redistribuído, o sistema *pay-as-you-go* tende a se tornar impossível de se manter conforme a população envelhece.

Entretanto, o trabalho de Gentil (2006), com o qual o mesmo realizou uma análise financeira da Seguridade Social no período de 1990 a 2005, chega à conclusão de que nem a previdência social brasileira nem o sistema de seguridade social instituído pela Constituição Federal de 1988 são deficitários. Gentil nos informa que na verdade eles são superavitários, e esse superávit, cuja magnitude é expressiva, vem sendo sistematicamente desviado para outros usos.

Atualmente existem as seguintes modalidades de aposentadoria:

- i) Aposentadoria por idade: benefício devido ao cidadão que comprovar o mínimo de 15 anos de contribuição, além da idade mínima de 65 anos, se homem, ou 60 anos, se mulher.



Figura 1 - Comparativo de Aposentadoria

Fonte: Apresentação da PEC Fevereiro 2019 (<http://www.brasil.gov.br/novaprevidencia>)

- ii) Aposentadoria por tempo de contribuição: benefício devido ao cidadão que comprovar o tempo total de 35 anos de contribuição, se homem, ou 30 anos de contribuição, se mulher, não apresentado uma idade mínima.



Figura 2 - Comparativo de Aposentadoria 2

Fonte: Apresentação da PEC Fevereiro 2019 (<http://www.brasil.gov.br/novaprevidencia>)

- iii) Aposentadoria rural: benefício devido ao cidadão que comprovar o mínimo de 15 anos trabalhados na atividade rural, além da idade mínima de 60 anos, se homem, ou 55 anos, se mulher.







Regra hoje		Regra proposta	
Idade Mínima	Tempo mínimo de atividade rural*	Idade Mínima Segurados rurais empregados, contribuintes individuais e avulsos	Contribuição regra geral
 55 60 anos	 15 anos	 60 60 anos	 20 anos
		Idade Mínima Segurados Especiais	Contribuição sobre a produção**
		 60 60 anos	 20 anos

Figura 3 - Comparativo de Aposentadoria 3

Fonte: Apresentação da PEC Fevereiro 2019 (<http://www.brasil.gov.br/novaprevidencia>)

- iv) Aposentadoria por incapacidade permanente : benefício devido ao cidadão que perdeu a capacidade de trabalho e é concedida a partir de um laudo do perito médico do INSS.

Hoje	Proposta
<b>Regra de Cálculo de Benefício - Hoje</b>  100% para todos	<b>Regra de Cálculo de Benefício - Proposta</b>  $\text{Benefício} = 60\% + 2\% \text{ por ano de contribuição que exceder 20 anos} \times \text{Média dos Salários de Contribuição}$

Em caso de Incapacidade Permanente decorrente de:

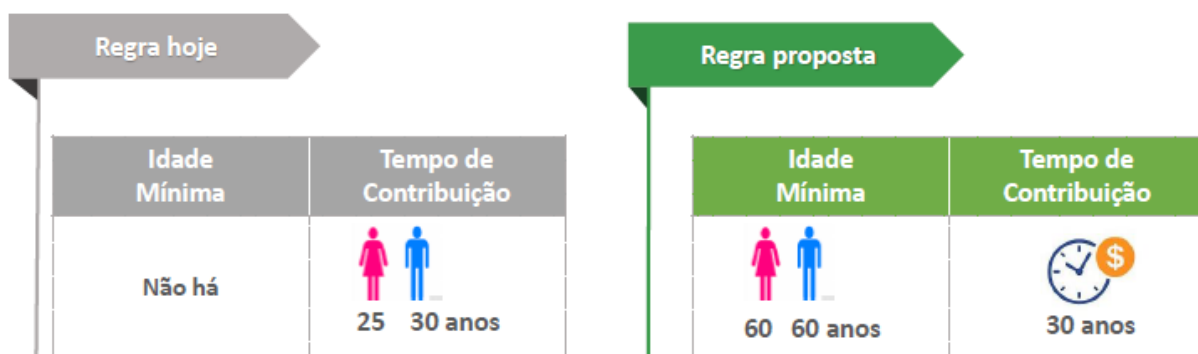
Regra de Cálculo de Benefício – não muda	
Acidente de Trabalho	<b>Benefício =</b> $100\% \times \text{Média dos Salários de Contribuição}$
Doenças Profissionais	
Doenças do Trabalho	

Figura 4 - Comparativo de Aposentadoria 4

Fonte: Apresentação da PEC Fevereiro 2019 (<http://www.brasil.gov.br/novaprevidencia>)

- v) Aposentadoria da pessoa com deficiência: idade mínima de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres, considerando um tempo mínimo de 15 anos de contribuição como pessoa portadora de deficiência.

- vi) Aposentadoria especial: benefício devido ao cidadão para o cidadão que trabalha exposto a agentes nocivos à saúde. O tempo mínimo de contribuição é variável de acordo com a atividade profissional do indivíduo.
- vii) Aposentadoria por tempo de contribuição do professor: é preciso comprovar 30 anos de contribuição, se homem, ou 25 anos, se mulher, exercidos em funções de magistério na Educação Básica, além da idade mínima de 55 anos.



<sup>4</sup> Professor que comprovar, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Figura 5 - Comparativo de Aposentadoria 5

Fonte: Apresentação da PEC Fevereiro 2019 (<http://www.brasil.gov.br/novaprevidencia>)

## 2.4. Previdência Privada

Segundo o site do governo federal, Previdência Privada (ou Complementar) tem por finalidade proporcionar ao trabalhador uma proteção previdenciária adicional àquela oferecida pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS ou pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, para os quais as contribuições dos trabalhadores são obrigatórias. O site nos informa, também, que o benefício da Previdência Complementar (RPC) é distribuído conforme as reservas acumuladas ao longo dos anos de contribuição. Ou seja, o que o trabalhador contribui hoje formará a poupança que será utilizada no futuro para o pagamento de seu benefício. Esse sistema é conhecido como Regime de Capitalização.

Em paralelo a mudanças no sistema previdenciário público, a Constituição criou a previdência complementar privada, fechada e aberta, em regime de capitalização. Segundo Araújo e Lavinas (2017), a previdência complementar aberta não é compulsória, mas incentivada através de deduções tributárias no imposto de renda de pessoa física. Já a fechada, no âmbito de determinadas empresas públicas, é compulsória. Os dois tipos de previdência complementar privada são fiscalizados por órgãos de governo específico para cada segmento:

o fechado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e o aberto pela Superintendência de Seguros Privados – Susep.

No governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve a primeira reforma da Previdência (1998) pós-Constituição. Entre várias alterações e substituições, o governo estabeleceu um teto nominal para os benefícios previdenciários, acabando, então, com a regra vigente do teto de 10 salários mínimos. Segundo Araújo e Lavinias (2017), essa medida foi o principal fator que impulsionou a adesão ao regime de capitalização aberto, antes pouco conhecido e com pouca demanda da população. O objetivo era manter a renda do tempo de contribuinte no período da aposentadoria, então contribuía-se até o teto e complementava-se com a previdência privada.

	<b>Planos fechados</b>	<b>Planos abertos</b>
<b>A quem se destina</b>	Funcionários de empresas, sindicatos ou entidades de classe qualquer PF	Qualquer cidadão
<b>Quem contribui</b>	Empresa e/ou empregado contratante PF	O próprio contratante
<b>Produtos disponíveis</b>	Fundos de pensão	PGBL, VGBL
<b>A quem se subordina</b>	PREVIC	SUSEP

*Tabela 1 - Diferença entre Plano Fechado e Plano Aberto*

*Fonte: <https://www.mongeralaeagon.com.br/blog/educacao-financeira/artigo/previdencia-fechada-e-aberta>*

## **2.5. Aplicação de Recursos**

Para que os indivíduos tenham opções para se resguardar no momento da aposentadoria ou até mesmo como complemento a ela, é imprescindível o conhecimento no mínimo básico acerca dos tipos de investimento para então a aplicação de recursos. A educação financeira, então, mais uma vez se faz essencial no momento atual de cada um para que no futuro seja possível desfrutar dos investimentos realizados no tempo atual.

Dentre os diversos tipos de investimento, o presente trabalho visará exemplificar e conceituar seis deles e apresentará um breve resumo das informações de cada tipo de investimento disponível no mercado com base nos dados disponibilizados pela ANBIMA.

Títulos Públicos e Privados – O título (tanto público quanto privado) nada mais é que um papel de dívida de entidades emissoras que buscam arrecadar recursos e se compromete a devolver o dinheiro para o investidor com juros. Em outras palavras, essa modalidade de investimento consiste no investidor emprestar dinheiro para a entidade emissora e obter como

remuneração os juros pelo período de investimento. Eles podem ser emitidos por bancos, financeiras ou empresas, ou até mesmo o Governo Federal dependendo do tipo.

- CDB – São títulos emitidos por bancos para que eles utilizem estes recursos como capital de giro ou disponibilizando empréstimos para seus clientes. A remuneração pode ser pós ou pré-fixada.
- LCI e LCA – São títulos emitidos por bancos, mas cujos recursos só podem ser destinados para financiar projetos agrícolas, no caso da Letra de Crédito Agrícola (LCA), e imobiliários, no caso da Letra de Crédito Imobiliário (LCI). A remuneração pode ser pré ou pós-fixada.
- LC – São títulos emitidos por financeiras para que eles utilizem estes recursos, disponibilizando empréstimos ou capital de giro para seus clientes. A Letra de Câmbio (LC) também remunera o investidor com pagamento de juros, seguindo a taxa oferecida no momento da compra.
- Debêntures – São títulos emitidos por empresas para que eles utilizem estes recursos em seus projetos. Para a empresa, a vantagem de oferecer estes títulos está em arrecadar recursos e programar o pagamento do título de acordo com seu fluxo de caixa. A remuneração das debêntures varia conforme o que é oferecido pela instituição, mas a maioria também remunera o investidor com pagamento de juros.
- COE – É um tipo de investimento estruturado que reúne tanto títulos como ações. Na maior parte dos casos, você recebe a garantia de ter de volta pelo menos o valor inicial que foi investido.
- Títulos Públicos prefixados – Estabelecem, no momento da compra, quais juros serão pagos no vencimento.
- Títulos Públicos pós-fixados – Juros são pagos de acordo com o valor da taxa Selic no momento do vencimento do papel.
- Títulos Públicos de inflação – Juros são pagos trimestralmente, sendo uma taxa fixa definida no momento da compra adicionada a taxa de inflação no momento do vencimento, medida pelo IPCA.

Fundos de Investimento – Investimento coletivo o qual o investidor compra uma cota (menor parcela de participação) do fundo e recebe como remuneração a valorização da mesma no período do investimento. Os fundos são distinguidos a partir do tipo de ativo que investem. São eles:

- Fundo de Renda Fixa – Aplica em papéis de renda fixa, como títulos públicos e privados.
- Fundo de Ações – Aplica em papéis de renda variável, como ações.
- Fundo Cambial – Aplica em papéis atrelados à variação de preços de moedas, como dólar ou euro.
- Fundo Multimercado – Tem a possibilidade de aplicar em renda fixa, renda variável e em moedas.

Cada um dos tipos de investimentos pode ser subdividido em outras classificações mais restritas e todos seguem a normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Ações – Papéis emitidos pelas empresas que representam uma parcela do seu capital, tornando o investidor um sócio da Companhia. As ações são classificadas como ordinárias e preferenciais. As ordinárias dão ao investidor o direito a voto nas assembleias de acionistas. As ações preferenciais, por sua vez, pagam dividendos maiores e tem prioridade na restituição do capital em caso de falência, entretanto não tem direito a voto.

Poupança – Investimento mais tradicional e conhecido no Brasil, a poupança não tem prazo de vencimento ou carência e apresenta liquidez diária. Ou seja, é permitido resgatar seu dinheiro a qualquer momento. É isenta de impostos e taxas, entretanto o valor do rendimento é menor que outros produtos do mercado com risco equivalente.

### **3. Metodologia**

#### **3.1. Classificação da Pesquisa**

A presente pesquisa apresenta natureza descritiva, buscando descrever características comuns a uma determinada população, e abordagem quantitativa, pois utiliza-se do emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento de dados (BEUREN, 2013). Para realização da mesma, foi utilizado um questionário aplicado pelo Datafolha que tinha o objetivo de traçar um diagnóstico dos investidores no Brasil em 2018.

#### **3.2. Público-alvo**

O público-alvo de interesse escolhida do presente trabalho é composta por jovens na faixa etária de 20 anos a 30 anos atuantes no mercado de trabalho. Esses jovens já possuem preocupações quanto a aposentadoria, e, por já pertencerem ao mercado de trabalho, possuem capacidade financeira para iniciar ou manter seus investimentos.



### 3.3. Coleta de Dados

Para coleta de dados, fez-se uso de um questionário com questões variam entre alternativas preestabelecidas e citações espontâneas, ou seja, quando não havia sugestões prévias de respostas aos entrevistados.

O questionário apresenta as seguintes sessões:

BLOCO I – Informações básicas do respondente.

BLOCO II – O brasileiro e o dinheiro: o objetivo dessa sessão é analisar como cada um lida com a sua própria situação, sua economia pessoal.

BLOCO III – Investidores: o objetivo dessa sessão é analisar como o investidor brasileiro realiza e avalia seus investimentos.

BLOCO IV – *Big three*: o objetivo dessa sessão é medir o conhecimento da população sobre conceitos básicos da economia.

BLOCO V – Não investidores: o objetivo dessa sessão é identificar os indivíduos que não realizam nenhum tipo de investimento.

BLOCO VI – Aposentadoria: sessão subdivida em aposentados e não aposentados com o objetivo de analisar seu comportamento. Considerando o presente trabalho, analisaremos apenas os não aposentados.

BLOCO VII – Perfil – o objetivo dessa sessão é analisar o perfil socioeconômico da população.

Foram entrevistadas 3.452 pessoas em todo o Brasil, em 152 municípios, que representam cerca de 95 milhões de habitantes. As entrevistas aconteceram entre os dias 5 e 14 de novembro de 2018, com pessoas com mais de 16 anos, das classes A, B e C, economicamente ativas, que vivem de renda ou aposentadas. A partir dos dados coletados, foram realizadas análises, tabulação, filtros para a população de interesse para o presente trabalho e definidas as conclusões alcançadas.

#### 4. Análise do Resultados

O trabalho tem como base para análise as respostas ao questionário elaborado para a segunda edição da pesquisa Raio X do Investidor Brasileiro (ANBIMA, 2019), realizada com o apoio do Datafolha, que traça os hábitos de poupança e de investimento dos brasileiros de Norte a Sul do país. A partir dos dados do Datafolha, filtramos pela nossa população de interesse (jovens de 20 a 30 anos) e realizamos nossas análises conforme a seguir.

##### 4.1. Perfil do respondente

De acordo com os dados analisados, mulheres representam 46,38% da população e homens 53,62%, ambos com média de idade de aproximadamente 25 anos, conforme gráfico abaixo:

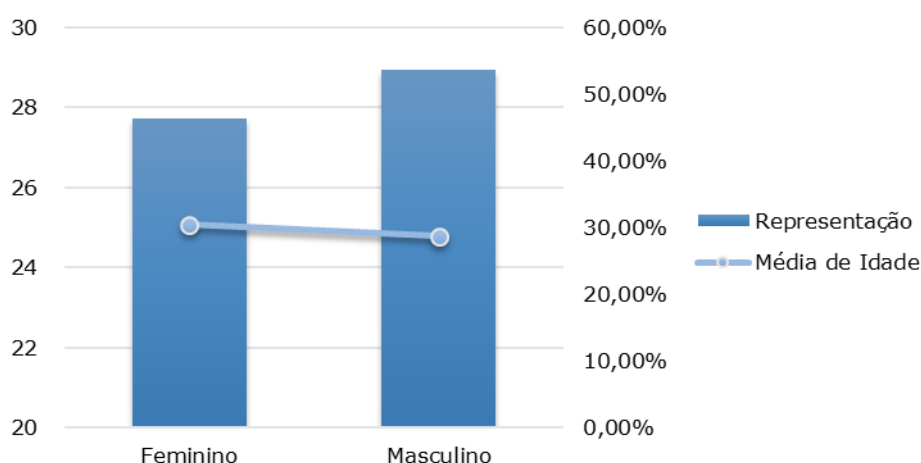


Gráfico 1 - Média de Idade x Representação Masculina e Feminina

Fonte: Elaboração própria.

Apenas 11,83% dos respondentes possuem ensino superior completo e 72,43% apresentam renda de até dois salários mínimos vigentes no exercício de 2018, 14,02% entre dois e três, 8,76% entre quatro e cinco, 2,22% entre seis e dez e apenas 0,82% entre dez e vinte. Ainda quanto a renda, 1,75% não souberam ou não quiseram responder.

O questionário aplicou perguntas inspiradas na metodologia mundialmente conhecida denominada “*Big Three*”, que tem como objetivo analisar o conhecimento da população sobre conceitos básicos da economia dos participantes. A primeira pergunta visa identificar a percepção sobre juros do respondente: “Você possui R\$ 100,00 em investimentos que rendem

2% ao ano. Depois de cinco anos, qual será o saldo da aplicação? ”. Do total, 79,21% dos indivíduos responderam corretamente à pergunta.

Mais do que R\$ 102,00	79,21%
Exatamente R\$ 102,00	10,28%
Menos do que R\$ 102,00	6,19%
Não sabe	4,21%
Se recusa a responder	0,12%

A segunda pergunta refere-se à percepção sobre o poder de compra/inflação: “Imagine que o rendimento de seu investimento é de 1% ao ano e a inflação foi de 2% ao ano. Depois de um ano, quanto você acha que poderá comprar com o dinheiro que ficou aplicado nesse período?”. Quase metade dos indivíduos souberam responder a pergunta da maneira correta.

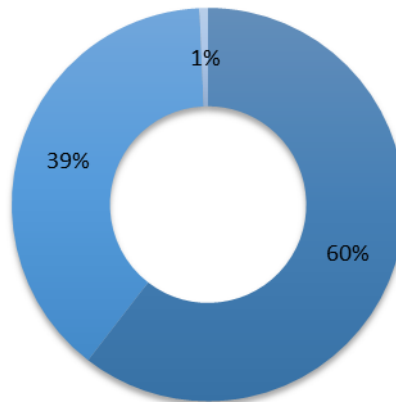
Menos do que hoje	44,98%
Exatamente o mesmo que hoje	21,26%
Mais do que hoje	28,97%
Não sabe	4,67%
Se recusa a responder	0,12%

A terceira, e última, pergunta, é sobre a percepção sobre o risco. O respondente devia responder verdadeiro ou falso para a seguinte afirmação: “comprar ações de uma única empresa gera um rendimento mais seguro que um fundo de ações”. Nessa questão, 57,36% dos respondentes identificaram que a afirmação estava incorreta.

Falso	57,36%
Verdadeiro	33,76%
Não sabe	8,88%

#### **4.2. Preocupação com a aposentadoria**

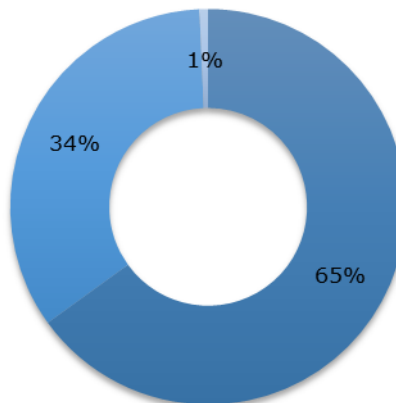
Como é possível visualizar nos gráficos abaixo, 60% dos respondentes estão preocupados com o período da aposentadoria e 65% já possuem um planejamento para esse período:



■ Estão preocupados ■ Não estão preocupados ■ Não souberam responder

*Gráfico 2 - Preocupação com a aposentadoria*

*Fonte: Elaboração própria.*



■ Estão planejando ■ Não estão planejando ■ Não souberam responder

*Gráfico 3 - Planejamento da aposentadoria*

*Fonte: Elaboração própria.*

Apesar dos gráficos acima apresentarem percentuais agradáveis quanto a preocupação e planejamento do público alvo do trabalho, o gráfico a seguir demonstra o quanto ainda é bastante segmentado de acordo com a renda familiar o perfil investidor ou não da população.

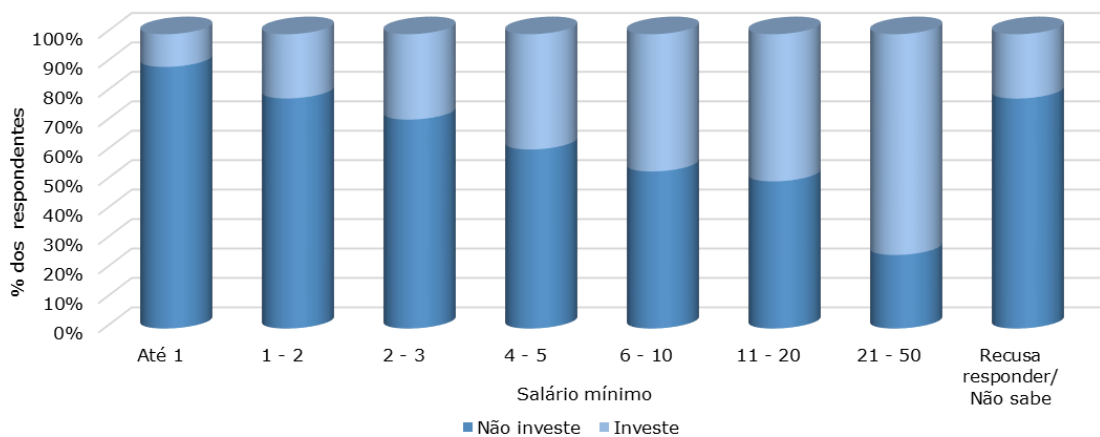


Gráfico 4 - Renda do investidor

Fonte: Elaboração própria.

Quanto menor a renda, menor, também, é o percentual de investidores, como é possível visualizar claramente no gráfico. Enquanto apenas 11% dos indivíduos que possuem renda familiar de até um salário mínimo investe, 75% dos que possuem entre 21 e 50 salários mínimos são investidores, o que ainda é um percentual intrigante. Somente a partir das faixas de renda de 6 a 10 e 11 a 20 salários mínimos que é possível identificar o percentual de investidores superando o de não investidores.

### 4.3. Principais recursos

Apesar do atual contexto brasileiro, metade dos respondentes ainda acredita que o sustento no período da aposentadoria virá da previdência social, e menos de 25% vê o investimento como a principal fonte de retorno no futuro, conforme demonstra o gráfico abaixo.

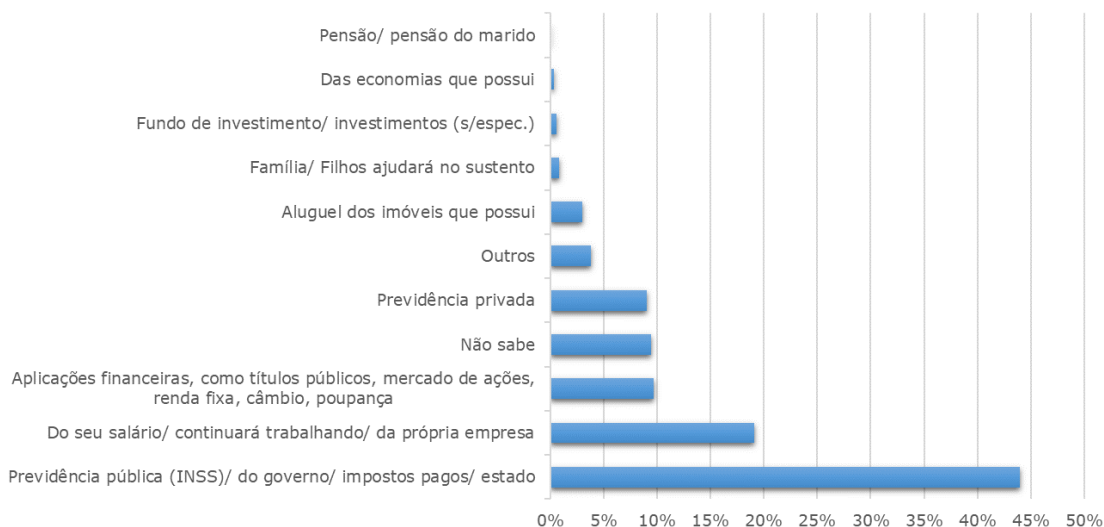


Gráfico 5 - Sustento na aposentadoria

*Fonte: Elaboração própria.*

Dentre os investimentos que os respondentes identificam como fonte de sustento no futuro, o gráfico apresenta o Fundo de Investimento, renda de aluguel de imóveis e aplicações financeiras, títulos públicos, mercado de ações e poupança., sendo o último o principal.

## 5. Considerações Finais

O objetivo do presente estudo foi analisar se os jovens estão se preparando para aposentadoria no contexto de reforma da previdência e quais são os recursos escolhidos para esta preparação. Os dados para análise foram obtidos através das respostas do questionário aplicado pelo Datafolha descrito na metodologia, em que foram entrevistadas 3.452 pessoas em todo o Brasil, e para esse trabalho, foram utilizadas as respostas de 856 pessoas (público-alvo).

Os dados estatísticos demonstraram que os jovens já estão preocupados com o futuro no momento da aposentadoria e que já estão se planejando para isso, segundo as respostas. Entretanto, no primeiro momento identificamos que a maior parte desses jovens não realiza investimentos de qualquer natureza. Uma análise fria dos dados nos levaria a contradição de preocupação e planejamento, mas sem ação de fato para tal. Quando analisamos o perfil investidor considerando a renda familiar, percebemos que essas questões são diretamente relacionadas. Ou seja: quanto maior a renda, maior o perfil investidor e quanto menor a renda, menor o perfil investidor.

Dessa forma, os dados estatísticos nos apontam que, embora a maioria esteja preocupada com a aposentadoria, a renda familiar impacta diretamente o acesso a informação e a capacidade investidora do indivíduo. Esse dado corrobora o fato de que de as camadas mais pobres da população, que naturalmente mais precisam de auxílio na velhice, não possuem condições e conhecimento na idade em que já deviam ter iniciado as aplicações de recursos.

A análise dos dados quanto ao recursos e sustento no período da aposentadoria indicam que os respondentes ainda acreditam na Previdência pública (INSS), Governo, impostos pagos e Estado como principal fonte. Logo em seguida identificamos o investimento como segunda opção mais considerada (principalmente a aplicação financeira, títulos, mercado de ações e poupança) e o próprio salário como terceira opção

Com base nas análises realizadas, verifica-se que há evidências de que os jovens se preocupam com a aposentadoria, mas que as ações para providenciar uma velhice tranquila ainda dependem da renda familiar do indivíduo e que mesmo à sombra de uma possível quebra da Previdência Social, ainda é nela que os indivíduos apostam seu sustento no futuro.

## 6. Referências

- Anderloni, L., & Vandone, D. (2010). **Risk of Overindebtedness and behavioral factors**. [Working Paper N° 25]. Social Science Research Network, Santa Monica, CA. Retrieved Apr 01, 2013, from <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1653513>
- Gil, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- Previdência Social**. Disponível em:  
<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/politicas-de-previdencia-social/>
- OCDE, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.  
**Improving Financial Literacy: Analysis of issues and policies**. Paris, 2005.
- CUMBIE, G. **Where's the Planning in Financial Planning?** Journal of Financial Planning. P.21, January 2003.
- MACEDO, Jurandir Sell Jr. **A árvore do dinheiro: Guia para cultivar sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- GITMAN, J. Lawrence. **Princípios de Administração Financeira**. 12ª São Paulo: Pearson, 2010.
- ANBIMA. **Central de Informações sobre o Investidor Brasileiro**. Disponível em:  
[https://centraldoinvestidor.anbima.com.br/resultado-de-busca?palavraChave=Raio+X+do+Investidor+2019&\\_ga=2.13065591.1568727018.1574885213-121133659.1574048342](https://centraldoinvestidor.anbima.com.br/resultado-de-busca?palavraChave=Raio+X+do+Investidor+2019&_ga=2.13065591.1568727018.1574885213-121133659.1574048342)
- Guia CVM de Planejamento financeiro/Comissão de Valores Mobiliários. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 2014.16p.
- Oliveira FB, Beltrão, Kairo I, Ferreira MG. **Reforma da Previdência**. Brasília: IPEA; 1997.
- Miranda, R. (1997). **Três modelos teóricos para a previdência social**. Pesquisa e Planejamento Econômico, 27(3).
- ANBIMA. **Raio X do Investidor**. Disponível em:  
[https://www.anbima.com.br/data/files/25/50/2D/8C/0BBB96109FF4F696A9A80AC2/RaioX\\_investidor\\_2019.pdf](https://www.anbima.com.br/data/files/25/50/2D/8C/0BBB96109FF4F696A9A80AC2/RaioX_investidor_2019.pdf)
- Gentil, D.L; **A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – Análise Financeira do Período 1990 – 2005**. 2006. 358f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, setembro de 2006.
- Apresentação da PEC Fevereiro 2019**. Disponível em:



<http://www.brasil.gov.br/novaprevidencia> .

LAVINAS, LENA and ARAUJO, ELIANE DE. **Reforma da previdência e regime complementar\***. Brazil. J. Polit. Econ. [online]. 2017, vol.37, n.3, pp.615-635. ISSN 0101-3157. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572017v37n03a09> .

Beuren, I.M. et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

IBGE. **Tábuas Completas de Mortalidade**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9126-tabuas-completas-de-mortalidade.html>

ANIBIMA. **Como investir**. Disponível em: <https://comoinvestir.anbima.com.br/entenda/>